

ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO NO MATO GROSSO SÉCULO XVIII E XIX*

VIANA, Fabiane Filgueiras**

Introdução

Este artigo se propõe a discutir sobre a escravidão no sul e norte de Mato Grosso no século XIX, entretanto alguns dados remetem-nos inevitavelmente ao século XVIII. Como sabemos, da colônia ao Império as mesmas estruturas permaneceram, dentre elas, a estrutura de dominação do homem sobre o homem, do branco sobre o negro.

Pretendemos tecer aqui algumas informações acerca deste assunto, utilizando como base Relatórios de Província de Mato Grosso e bibliografia especializada, além de outras fontes. Por isso, nossa proposta é fazer uma história vista de baixo, em que reconheceremos a existência de outros sujeitos que também ajudaram a construir nossa história. Iremos também salientar a respeito da formação dos quilombos e de outras práticas de resistência, e refletiremos brevemente sobre como a reconstituição de nossa história regional irá influenciar na formação de uma identidade própria que respeite as várias formas de cultura.

História vista de baixo

Lendo o poema de Berthold Brecht , *perguntas de um trabalhador que lê*, pensamos naqueles que com esforço ajudaram a construir a história, mas que por ela foram ignorados, e concluímos que, realmente, como diz o poema, são *tantas histórias*, e *tantas questões* que ainda permanecem. Deste modo, este artigo pretende fazer uma *história vista de baixo*, baseado nas reflexões de Jim Sharpe, ao buscar valorizar as experiências das classes sociais menos favorecidas, das classes que vem de baixo, das classes que estão situadas à margem da sociedade e da historiografia; reconstruindo a história dos trabalhadores escravos e suas vidas, suas lutas e aspirações, compreendendo que a história dessas pessoas, mesmo localizadas em um espaço restrito, está situada em um plano maior, que existiu em todo o país durante 300 anos: a escravidão de africanos no Brasil.

Pretende-se contar a história daqueles que remaram nas canoas rio a baixo, rio acima, daqueles que plantaram roças, que trabalharam em minas, foram trabalhadores urbanos

* Este trabalho foi realizado a partir das avaliações da disciplina História do Brasil III, ministrada no curso de História, pela Profa. Dra. Maria Celma Borges, CPTL/UFMS.

** Acadêmica do sétimo semestre do curso de História – UFMS/CPTL.

e domésticos, daqueles que construíram quilombos, daqueles que resistiram. Estamos falando dos escravos de uma região que até bem pouco tempo atrás se afirmava não ter existido escravidão, pelo menos não de uma forma expressiva, a região de Mato Grosso e sul de Mato Grosso.

Mas eles estavam lá. Como mostra um relatório de província do estado de Mato Grosso¹ a respeito de um censo realizado na província aquele ano. Segundo o relatório, naquele ano foram realizados 13 casamentos entre escravos na freguesia da cidade de Cuiabá. Ao todo, em todo estado foram realizados 30 casamentos. Um forte indício da existência da família escrava. Entretanto não sabemos se a família escrava identificada acima era de tipo nuclear, com pai, mãe e filhos vivendo sobre o mesmo teto. Segundo Robert Slenes, nas uniões de casamento entre escravos, os filhos que nascessem destas uniões poderiam passar apenas seus primeiros anos de vida em companhia dos pais. Identificamos em Mato Grosso, na Sociedade de Mineração de Diamantino a existência de famílias escravas (ou pelo menos, só o registro das mães) nas quais os filhos não permaneceram em companhia dos pais.

No mesmo relatório, aparecem ainda outras informações, como, por exemplo, o número de batismos e de óbitos entre os escravos. Em Cuiabá, 30 escravos e 34 escravas foram batizados, seguido pela Vila de Diamantino com 38 escravos, sendo 25 homens e 13 mulheres. No total foram 95 homens e 80 mulheres. O número de escravos homens supera o número de mulheres, mas não é uma diferença muito grande.

Sobre a densidade de escravos na província, é possível afirmar segundo os dados demográficos extraídos do artigo de Maria Machado, a respeito da população escrava de Mato Grosso no século XVIII, que logo no início da administração da província (desmembrada da capitania de São Paulo) esta já contava com 1.175. Em 1780, três quartos dos habitantes da capitania eram negros ou mulatos ou mestiços. Sobre a procedência desses escravos, observa a autora que:

De modo amplo, através de dados esparsos, podemos concluir que, comparado com a população de outras capitanias, a população de escravos de Mato Grosso era em geral mais masculina do que feminina, pois era comprada no Rio de Janeiro, na Bahia, Minas Gerais e no Pará... (MACHADO, 2006, p. 10)

Conforme já mencionado, não é possível que estes escravos batizados tenham nascido na região, pois a baixa natalidade entre eles era fato notório, e mais, naquela época,

¹ FALLA 1839. Mapa 4.

ainda não estava em voga a lei de 1850, que proibia terminantemente o tráfico transatlântico de escravos. Provavelmente eles vieram direto da África para os portos do Brasil, onde os senhores que os compraram trouxeram-nos para a região de Mato Grosso e desse modo, assim que tomaram “posse” dos escravos, esses senhores, imediatamente os mandaram batizar, pois como segundo consta nas Ordenações Filipinas, livro V, capítulo 99 :

Mandamos que qualquer pessoa, de qualquer estado e condição que seja que escravos de Guiné tiver, os faça batizar e fazer cristãos, do dia que a seu poder vierem até seis meses, sob pena de os perder para quem os demandar. E se algum dos ditos escravos que passe de idade de dez anos(*) se não quiser tornar cristão, sendo por seu senhor querido, faça-o seu senhor saber ao prior ou cura da igreja em cuja freguesia viver, perante o qual fará ir o dito escravo; e se ele, sendo pelo dito prior e cura admoestado e requerido por seu senhor, perante testemunhas, não quiser ser batizado, não incorrerá o senhor em dita pena.²

Ainda sobre a densidade populacional dos escravos na província, um outro Relatório de Província de 1849, realizado por Joaquim Feliciano de Almeida Louzada, que realizou um censo da província para aquele ano, consta que a população geral da província era de 32.833 pessoas, sendo 10.886 escravos e 21.947 pessoas livres. Esta informação nos evidencia que o número da população escrava era quase a metade do contingente populacional branco da província, fato este que nos revela a alta densidade de escravatura em uma região que até então, era considerada quase esquecida do resto do país e sua população escrava era considerada inexpressiva. Embora, não podemos deixar de evidenciar que a economia (baseada primeiramente na mineração e depois na pecuária) de Mato Grosso a época não era a mesma de outras regiões do país, como norte ou sudeste, e por isso a população de escravos em Mato Grosso era menor do que nessas mesmas áreas, mas que de maneira nenhuma pode ser considerada inexpressiva -nos mesmos moldes da estrutura escravista do país, a escravidão nesta província manteve suas especificidades. Na cidade de Cuiabá, os números

² Ordenações Filipinas. Batismo de escravos. Ordenações Filipinas, Livro V, capítulo 99, 1603 1. E sendo os escravos em idade de dez anos ou de menos, em toda a maneira os façam batizar até um mês do dia que estiverem em posse deles; porque nestes não é necessário esperar seu consentimento. 2. E as crianças que em nossos reinos e senhorios nascerem das escravas que das partes de Guiné vierem, seus senhores as farão batizar aos tempos que os filhos das cristãs naturais do Reino se devem e costumam batizar, sob as ditas penas.» (*) onde consta que segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* a idade mínima para poder escolher a religião era de sete anos. FONTE: Silvia Hunold Lara (organização), *Ordenações Filipinas, Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999. p. 308. Coleção Retratos do Brasil, 16.

² Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850.

eram ainda mais evidentes, sendo que a população escrava era quase a mesma que de pessoas livres, 2.846 para 2.646³

Ausências

Como dissemos anteriormente, esses sujeitos estavam lá e não só da história eles foram renegados, mas inclusive dos hinos dos estados nos quais ajudaram a construir. Apresentamos abaixo um trecho do hino de Mato Grosso do Sul. O passado sul mato-grossense de escravidão tem sido rejeitado (ou negado) por aqueles que fomentaram a divisão dos estados: *Moldurados pelas serras/ Campos grandes: Vacaria/ Rememoram desbravadores,/ Heróis, tanta galhardia.*

Desbravadores, heróis, bandeirantes, é deste modo e com esses nomes que a História tradicional tem chamado e lembrado aqueles que são considerados os pioneiros a adentrar em tão densa e inóspita região do ‘oeste’. Agora, cabe perguntarmo-nos: Quem foi que realmente derrubou as matas? Quem foi que remou as canoas? Quem foi que plantou as roças?

Os Garcia Leal

José Garcia Leal é considerado um desses ‘desbravadores’. Se instalou na região por volta de 1836, desenvolvendo a atividade pastoril, é reputado com um dos principais homens do sertão mato-grossense, seus descendentes tiveram ligação com a constituição de cidades ao sul de mato grosso, inclusive a cidade de Três Lagoas. Nas localidades desta, estava instalado um descendente seu, Protázio Gracia Leal. As histórias desses homens muitas vezes foram consideradas verdadeiras epopéias. Mas, de acordo com os estudos da historiadora Zilda Alves de Moura, Januário Garcia Leal, assim como outros proprietários de terra em todo o país, também possuía escravos. Zilda Moura, citando Campestrini afirma que José Garcia Leal “*tornou-se um grande fazendeiro, possuidor de gado, engenhos e cativos*”.⁴

Seus trabalhadores cuidavam do gado, faziam farinhas e outras atividades próprias da vida do campo. José Garcia Leal concedeu inclusive cartas de alforrias a muitos de seus escravos, como afirma a autora porém, as revogou anos depois, por se sentir ameaçado, já que os escravos receberiam a tão sonhada liberdade com a morte de seu senhor.

³ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850.

⁴ MOURA.2008. p.229

Os Quilombos

*“Existia desde á muitos annos , como não ignoraes hum Quilombo junto á barra do Rio Piraputanga Termo desta Cidade , no qual estavaõ refugiados innumeraveis escravos de hum e d’outro sexo pertencentes a diversas pessoas desta Capital. Eu vindo para esta Provincia , ainda viajava pelo sertão alem do Araguaya , quando tive noticias deste Quilombo, da sua força , dos seus recursos, e do perigo que ele ameaçava tanto”*⁵

Estas informações foram retiradas de um Relatório de Província de 1840 que fala sobre a existência de um quilombo na região. Nota-se que o presidente da província reparou nos recursos e na força deste quilombo, além de afirmar que o quilombo ameaçava a região com sua presença, possivelmente ele se referia a possibilidade de mais negros da região fugirem e se refugiarem nesse quilombo, ou formarem outros.

Outras informações a respeito desse mesmo quilombo encontramos no livro de Zilda Moura, quando nos fala que em um relatório de província de 1839, consta que uma bandeira foi enviada contra o Quilombo de Piraputangas.⁶ Segundo o mesmo relatório, o Quilombo “ *Tinha grandes roças porque o seu forte era a lavoura , e tão provisionado os seus seleiros que não foi possível a bandeira dar consumo aos mantimentos que achara*”. O relatório informa ainda que os escravos resistiram ao ataque com bastante força. O quilombo é considerado símbolo de resistência do negro á escravidão. Zilda Moura, citando Luiza Volpato, explica-nos que por ocasião da Guerra contra o Paraguai, muitos escravos aproveitaram a oportunidade de desordem para fugir e formar quilombos⁷. Lembrando que na guerra contra o Paraguai, muitos trabalhadores escravos foram recrutados a força para as fileiras de guerra. Mas o quilombo que mais de destaca é o chamado Quilombo do Quariterê ou do Piolho.

O quilombo do piolho

⁵ Discurso que recitou o exm. Doutor Estevão Ribeiro de Rezende , presidente desta província , na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1.o de março do corrente anno . Cuyabá. Typ. Provincial , 1840

⁶ MOURA.2008. p. 334

⁷ MOURA p. 55

Como sabemos, os escravos não permaneceram apáticos diante do sistema de dominação imposto, e agiram de diversas formas para garantir sua liberdade.

Sua resistência cotidiana lhes garantiu a condição de sujeitos históricos que participavam das relações sociais, ora se acomodando ao sistema, ora negociando sua liberdade, mas sempre resistindo. E uma das formas em que resistiu foi através da formação de quilombos, e em Mato Grosso, não foi diferente.

Sobre o Quilombo do Piolho obtemos informações de que este existiu no século XVIII. Em 1795 foi organizada uma bandeira para explorar a região e destruir quilombos. Segundo o artigo da antropóloga Maria Machado, analisando o Relatório da Diligência de 1795, nos mostra que através do segundo ataque a esse quilombo podemos apreender um pouco sobre sua dinâmica social. Sobre a relação dos habitantes do quilombo, a autora apresenta os seguintes dados constados nos Relatórios, nos seguintes termos: negros: 6; índios: 8, índias: 19, caborés: 10 e caborés fêmeas: 11, num total de: 54 habitantes. Sendo caborés, descendentes de índios e negros. Quando o quilombo foi abatido pela primeira vez em 1770, sua população era de 79 negros e 30 índios. A pesquisadora destaca a importância deste quilombo na região de Vila Bela:

Antes de ser abatido pelas forças de Luiz Pinto de Souza Coutinho em 1770, o Quilombo do Piolho, conhecido também como Quilombo do Quariterê (ou Quariteté, tendo por referência o nome do mesmo rio) foi, segundo os pesquisadores matogrossenses, o maior e mais significativo da região de Vila Bela (na Chapada e no vale do Guaporé), não só pela população mas também pela organização social e fartura das suas roças, tendo sido encontradas ali até mesmo duas tendas de ferreiros). (MACHADO.2006.p.8)

Através destas observações podemos concluir que os quilombos de Mato Grosso, tanto o do Piolho, quanto o de Piraputangas, tinham uma plantação de subsistência e eram relativamente autônomos. Um dado importante sobre o Quilombo do Piolho é referente a sua organização política, e era nesta que residia sua especificidade e diferença em relação a outros quilombos da região e do país: sua forma de governo era a realeza, sendo a época do ataque, governado pela rainha Thereza de Benguela que era assessorada por uma espécie de parlamento e possuía até um conselheiro, José Piolho. Seu controle sobre os desertores e a ordem do quilombo, e as formas de castigo eram severas, chegando mesmo a condenação à morte. Segundo Zilda Alves de Moura:

O Quilombo do Quariterê ou Piolho formou-se por volta de 1730 à margem do Rio Galera, afluente do Rio Guaporé. Portanto, ele teria sido construído desde os primeiros tempos de exploração da região do Guaporé e resistindo por pelo menos três décadas” (MOURA.2008. p.54)

A mesma autora, citando a historiadora Aleixo, diz que o trabalho escravo em Mato Grosso estava dentro do plano de economia colonial, cujos interesses eram atender a demanda da exploração que era de grande interesse para Portugal. ⁸Os escravos foram introduzidos na Capitania de Mato Grosso para trabalharem na exploração das minas auríferas no século XVIII, no entanto, com o declínio da produção mineira, os escravos foram inseridos em outros trabalhos, como a produção da lavoura. Os escravos trabalharam na extração da erva mate e na lavoura de cana de açúcar, nos engenhos, onde produziam aguardente. “ *A lavoura da cana-de-açúcar foi abastecida com os trabalhadores escravizados transferidos da mineração para o trabalho doméstico.*”⁹

A historiadora Maria Crivelante mostra-nos como foi a transição do trabalho das minas para a atividade pastoril. Para tanto, a autora lança mão de um estudo de caso sobre o minhoto Valetim, um português imigrado, e através dele, analisa as relações sociais em Mato Grosso. Segundo a autora, Valentim, um homem próspero que enriqueceu com as minas, e que já possuía terras em grande quantidade e também possuía uma grande quantidade de escravos, solicitou mais terras para si, com a justificativa de que estava com dívidas e queria investir na criação de gado, já que as terras da região eram devolutas. Vemos assim que a criação de gado era uma alternativa à produção aurífera. Mas segundo Zilda Moura, os escravos trabalhavam na lavoura, e não na atividade pastoril, essa atividade era reservada aos nativos da terra.¹⁰

Segundo a mesma autora, sabemos que nos núcleos urbanos os cativos trabalharam na produção artesanal, no comércio, entre outras ocupações em serviços especializados tais como carpinteiros, oleiros, sapateiros, entre outros. Inclusive, através de um relatório de província, obtivemos informações acerca de alguns cativos que chegaram a trabalhar em um hospital. Mas estes, ao que parece, não permaneceram ali, pois segundo a autoridade responsável pelo relatório, os considerou onerosos e que não davam lucros:

Tem estes hospitaes 9 escravos, de cujos serviços nenhum lucro tira, com se vê do balanço da receita, apresentado pelo provedor, e bem assim dos predios, que possui, dispensando-se aliás o vestuário o sustento daquelles, e concerto não pequenas quantias. Sua despeza com o pessoal he de 1:286\$800 réis”¹¹

⁸ MOURA.P. 35

⁹ MOURA. 2008.p 36

¹⁰ Idem

¹¹ Falla dirigida pelo excellentissimo senhor doutor João Cipriano Soares, actual presidente da provincia de Mato Grosso á respectiva Assembléa Legislativa no acto de sua installação em 3 de maio de 1847. Cuyabá, Typ. Provincial, 1847.

Pai senhor, mãe escrava

Ainda no século XVIII , em um momento de colonização das áreas mais inóspitas da país, no caso, a região de Mato Grosso, nos deparemos com um caso semelhante ao relatado por Robert Slenes em, *Senhores e Subalternos no Oeste Paulista*. Através de Slenes é possível apreender o perfil de um senhor que teve filhos com escravas e os registrou como filhos e não como escravos . As crianças, mesmo ‘mulatas’, ascenderam socialmente graças a influência do pai. Na análise de Slenes, podemos identificar o abuso do poder senhorial e o aperto dos laços de dependência do escravo, e também a aparente benignidade dos senhores de escravos:

Uma classe que brande a força e o favor para prender o cativo na armadilha de seus próprios anseios. Dentro de certos limites estimulavam a formação de laços de parentescos entre seus escravos e instituem, junto com a ameaça e a coação, um sistema diferencial de incentivos- no intuito de tornar os cativos dependentes e reféns de suas próprias solidariedades e projetos domésticos”. (SLENES.2007 .p. 236)

No caso analisado por Maria Amélia Assis Alves Crivelenti, é nos apresentado as relações sociais em que participa um imigrante português, o minhoto Valentim, senhor do engenho São Romão, que chegou na região no século XVIII e se tornou um homem próspero através da exploração da minas. Ele teve filhos e um relacionamento *de portas adentro* com uma de suas escravas, o que quer dizer que este tipo de relacionamento, “*concubinato, adúlterino ou não, eram práticas corriqueiras, públicas e escandalosas* “ para a sociedade escravocrata.¹²

O artigo de Crivelenti é um complemento bastante importante para compreendermos a constituição da sociedade mato-grossense. A autora se utiliza de registros paroquiais , inventários e testamentos que revelam essa família *ilícita* de Valentim e Joaquina, a escrava deste, e seus nove filhos. Seus filhos foram reconhecidos como tais e levaram o nome do pai. Alguns de seus filhos ascendem socialmente, mas autora faz uma ressalva: ‘O poder de Valentim como dono de terras e prestígio é percebido neste fato, com a mobilidade social proporcionada aos filhos pardos e bastardos. Isto só foi possível devido ao reconhecimento destes por Valentim’.(CRIVELANTI.2007. 109)

Apesar de períodos diferentes entre os dois casos,(o apresentado por Slenes e o apresentado por Crivelante) , podemos observar que apesar de a escravidão no Mato Grosso possuir suas especificidades, as relações sociais escravocratas e as práticas de dominação que existiram em todo país, também aqui se repetiram.

¹² CRIVELANTI. p.98

Trabalhadores livres

O último ponto que gostaríamos de discutir a respeito da escravidão em Mato Grosso, diz respeito aos africanos livres da Sociedade de Mineração de Diamantino, com base no artigo de Zilda Moura intitulado *Livres para o trabalho : os africanos livres de Mato Grosso-1852-1864*

O tráfico transatlântico de escravos, como se sabe, foi interrompido somente em 1850, através da Lei Euzébio de Queiroz. A partir desta data, todo africano que fosse recolhido em navios negreiros pelas autoridades inglesas e/ou brasileiras seriam considerados, de acordo com a lei, livres, e receberiam tutela do governo imperial.

Através do estudo da Sociedade de Mineração de Diamantino, Zilda Moura ressalta a importância de se estudar as relações de trabalho dessa Sociedade, para o entendimento dessa categoria social, que é a dos trabalhadores africanos livres. Conforme a autora, esses trabalhadores africanos livres eram tratados como escravos de fato, apesar de todo o cuidado das autoridades para mascarar esta condição: “Segundo o registro oficial, o trabalho dos guardas dos africanos livres era prevenir que os trabalhadores africanos cumprissem os serviços a eles destinados, e que não fossem tratados com *desumanidade* e nem reduzidos á *escravidão*.” (MOURA.,2009. p.4)

Nos mapas analisados pela autora de 1853 , ela identifica 97 trabalhadores, sendo 77 homens e 20 mulheres, que foram cedidos pelo governo imperial á Sociedade. Em 1855 já constam informações sobre o nascimento de crianças entre os trabalhadores. As informações nos mapas registravam os nascimentos, óbitos, batismos e entre outras informações, inclusive de trabalhadores que fugiram. No trabalho de Zilda Moura ao que parece, as crianças nascidas não permaneciam muito tempo com os pais.

As informações que a autora oferece identificam a verdadeira condição desses trabalhadores: eles recebiam número de matrícula para controle, da mesma forma que os escravos também recebiam, e principalmente, a autora apontou a existência de dois fatores . Também os trabalhadores ali resistiram chegando alguns a fugir.

Algumas Considerações

Em vista do que foi exposto acima, podemos concluir que a escravidão em Mato Grosso, fazia parte de um amplo aparelho de dominação e exploração que existia desde os tempos da colônia, e possuía as mesmas estruturas de outras regiões do país, embora garantindo a sua especificidade. Os trabalhadores escravizados em Mato Grosso constituíam um amplo contingente populacional, alcançando em algumas cidades a metade da população.

Estes cativos trabalhavam em diferentes funções tanto na agricultura quanto no meio urbano, em profissões especializadas ou domésticas.

Em Mato Grosso, os cativos também resistiram ao sistema de dominação, onde fugiram, ameaçaram seus senhores, e formaram quilombos. A história a respeito da escravidão em Mato Grosso é ainda muito pouco explorada, mas este estudo é importante para apreendermos a formação da sociedade mato-grossense e principalmente sul mato-grossense. Tais estudos colaborariam para a constituição de uma identidade e cultura próprias da região, reconheceria a influência africana na cultura sul-mato-grossense ao lado da cultura dos povos nativos e dos paulistas que para a região vieram com as bandeiras, e deste modo inserir todos partícipes dessa história. Um ponto de partida para estas pesquisas são as comunidades remanescentes de quilombolas espalhadas por todo estado.

Referências

CRIVELENTI, Maria Amélia Assis Alves. *O minhoto Valentim: Senhor do engenho São Romão. Imigração, escravidão e mobilidade social nas minas de Mato Grosso. Séc. XVIII e XIX.*2007.

FREITAS, Marco César (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: contexto,1998.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. Quilombos, Cabixis e Caburés: Índios e Negros em Mato Grosso no Século XVIII. **Associação Brasileira de Antropologia.** 25º Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia, junho de 2006.

MOURA, Zilda Alves de. Livres para o trabalho: os africanos livres do Mato Grosso- 1852-1864. **4º Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional.**2009.

_____. **Africanos livres da sociedade de mineração do Mato Grosso.**2008.

_____. **Cativos nas terras dos pantanais. Escravidão e Resistência no sul de Mato Grosso- Séculos XVIII e XIX.** Editora UPF: Passo Fundo, 2008.

REIS, João José & Gomes, Flávio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no Oeste paulista”. In: **História da Vida Privada no Brasil**, vol. 2. São Paulo,. Companhia das letras, 1997.

SHARPE, Jim. *A História Vista de Baixo*, In:**A escrita da História.** BURKE, Peter (Org). 12º ed, São Paulo.UNESP,1992.